



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 331/12

Altera a denominação da entidade
declarada de Utilidade Pública
conforme Lei nº 10.289/93.

Art. 1º Fica alterada, nos termos desta Lei, para "Projeto Resgate da Criança e Adolescente – P.R.C.A.", a denominação da entidade constante no art. 1º da Lei nº 10.289, de 17 de maio de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2012.

PRESIDENTE

RELATOR

Três assinaturas manuscritas em tinta preta. A primeira assinatura, no topo, é a do Presidente da Comissão. A segunda, no meio, é a do Relator. A terceira, na base esquerda, é uma assinatura adicional. À direita da terceira assinatura, há um símbolo gráfico que parece ser uma seta ou uma marca de aprovação.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 360/12

Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ivo Pierin.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ivo Pierin.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2012.

PRESIDENTE

RELATOR

Assinaturas manuscritas em tinta preta, incluindo a do Presidente e do Relator, sobrepostas aos seus respectivos cargos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**

Em. 27 FEB. 2012

1º Secretario

PROJETO DE LEI Nº 0 34/12

Súmula: Acrescenta o artigo 3º na Lei 16.724, de 23 de dezembro de 2010.

Art. 1º. Acrescenta o artigo 3º na Lei 16.724, de 23 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 3º. O descumprimento ao disposto na presente lei sujeitará de multa diária, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), havendo cobrança em dobro no caso de reincidência e perda da inscrição estadual."

Art. 2º. Renuncia os artigos da Lei conforme necessidade.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 2012.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD

15173 27/02/2012 000918 007 KESKIMÄN LÄSKENTÄN 00 NRO00



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck

D. L.
Fls. 03

JUSTIFICATIVA

A Lei ⁸²⁴16.794 de 23 de dezembro de 2010 dispõe sobre a colocação de avisos nos hospitais informando o direito do pai, mãe ou responsável de permanecer com a criança em caso de internação hospitalar, conforme delimitação clara do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerando tal dispositivo legal de extrema utilidade, o que se pretende no momento é estabelecer multa pecuniária para aquelas instituições que deixam de observar a mencionada norma, se omitindo em relação ao dever imposto.

Objetivando a melhor eficácia da Lei já sancionada, apresenta-se a presente proposição objetivando que os estabelecimentos que não cumprem a determinação legal, seja por mero desconhecimento ou intencionada omissão, passem a respeitar e atender o dispositivo normativo evidenciado.

Pelo exposto, solicito aos nobres colegas parlamentares a aprovação desta matéria.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 034/2012.

Projeto de Lei nº 034/2012.
Autor: Deputado Maria Tureck.

Súmula: Acrescenta o artigo 3º na Lei n.º 16.724, de 23 de dezembro de 2010.

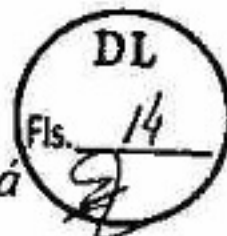
EMENTA: SAÚDE. ALTERA A LEI 16.724 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010. PENALIZAÇÃO PELO DESCUMPRIMENTO DE INFORMAÇÃO NOS HOSPITAIS. ART. 24 DA CF. ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO. ART. 65 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Maria Tureck tem por intuito alterar a Lei 16.794 de 23 de dezembro de 2010, acrescentando o artigo 3º na referida o qual estipula uma multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para os Hospitais que não colocarem avisos informando o direito do pai, mãe ou responsável de permanecer com a criança em caso de internação hospitalar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

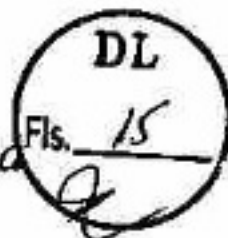
Inicialmente, cumpre salientar que a Constituição Federal no seu artigo 24º, XII destina a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar concorrentemente na área de saúde, vejamos:

Art. 24º. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.
(Grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os membros do Poder Legislativo detêm a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 45 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nas cases previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o membro do Poder Legislativo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela, haja vista a proposição visa implantar apenas a sanção para os hospitais que não aderirem a aplicação da Lei, não modificando o objeto do Projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No entanto, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa ao Projeto de Lei ora em tela, propõe-se o seguinte substitutivo geral, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas, (grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo geral quando abrange o seu conjunto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma do **SUBSTITUTIVO GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2012.

DEPUTADO CAIIO QUINTANA
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 034/2012

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Lei nº 034/12 a contar com a seguinte redação:

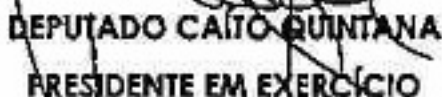
SÚMULA: Acrescenta o artigo 3º na Lei nº 16.724, de 23 de dezembro de 2010.

Art. 1º. Acrescenta o artigo 3º na Lei Estadual nº 16.724, de 23 de dezembro de 2010, bem como renumera o atual artigo 3º para artigo 4º e o artigo 4º para artigo 5º, que passa a contar com a seguinte redação:

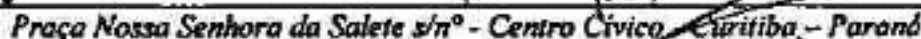
"Art. 3º. O descumprimento ao disposto na presente Lei sujeitará de multa diária, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), havendo cobrança em dobro no caso de reincidência e perda da inscrição estadual."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2012.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

PARECER AO PROJETO DE LEI 034/2012.

Projeto de Lei n.º 034/2012
Autor: Deputada Maria Tureck

Súmula: ACRESCENTA O ARTIGO 3º NA LEI 16.724, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

EMENTA: CRIA PENALIZAÇÃO PELO DESCUMPRIMENTO DA LEI 16.724/2010 QUE PREVÊ A INFORMAÇÃO NOS HOSPITAIS DO DIREITO DO PAI, MÃE OU RESPONSÁVEL LEGAL PERMANECER COM SEUS FILHOS EM CASO DE INTERNAÇÃO CONFORME PREVISTO NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. O PROJETO VEM A COMPLEMENTAR A OBRIGATORIEDADE DA INFORMAÇÃO PUNINDO QUEM A DESCUMPRIR, GARANTINDO ASSIM O DIREITO DOS MENORES E ADOLESCENTES. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL APRESENTADO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Maria Tureck tem por intuito alterar a Lei 16794 de 23 de dezembro de 2010, acrescentando o artigo 3º na referida, o qual estipula uma multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para os Hospitais que não colocarem avisos informando o direito do pai, mãe ou responsável de permanecer com a criança em caso de internação hospitalar.

O projeto já foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça que após apresentar substitutivo geral, o qual apenas adequou a forma e técnica legislativa, teve parecer favorável, tendo sido encaminhado pela Diretoria Legislativa à presente Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso para apreciação e parecer.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso



Conforme preconiza o Artigo 33-V do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

I - debater, orientar, apolar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescentes e idosos.

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados às crianças, adolescentes e idosos; e

III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.

Assim nos cabe analisar o referido projeto sob a ótica dos direitos da criança e do adolescente. Se o Estatuto da Criança e do Adolescente através do seu artigo 12, garante o direito do menor estar sempre acompanhado do pai, mãe ou responsável em casos de internamento, e tendo o Estado do Paraná imposto aos hospitais a divulgação e informação de tal direito através de cartazes em suas dependências - Lei Estadual 16.724/2010 -, o descumprimento de tal informação, com certeza acarreta limitação aos direitos do menor.

Desta forma o presente projeto, visa preencher lacuna da lei, que criou obrigações, mas não previu qualquer punição pelo seu descumprimento, ao que a proposição tende a garantir a aplicação prática da lei já em vigor, dando total amparo aos direitos da Criança e do Adolescente, pelo que não encontramos nenhum óbice à continuidade de sua tramitação.

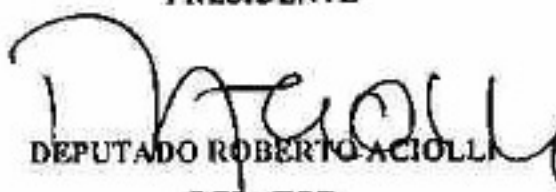
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso



Ante o exposto, opina-se pela APROVAÇÃO e continuidade da tramitação do projeto na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com PARECER FAVORÁVEL DESTA COMISSÃO.

Sala das Comissões, 06 de junho de 2012.


DEPUTADA ROSE LITRO
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLI
RELATOR



PARECER
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 34/2012

Autor: Deputada Marla Tureck/PSD

Ementa: Acrescenta o art. 3º na Lei 16.724, de 23 de dezembro de 2010.

I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Marla Tureck/PSD tem como finalidade acrescentar o art. 3º a Lei Estadual nº 16.724, de 2010, lei esta que obriga a colocação de cartazes à vista da população nas dependências dos hospitais, maternidades e postos de saúde da rede oficial, particular e conveniados, informando que é direito do pai, mãe ou responsável legal permanecer com seus filhos em caso de internação, conforme específica.

Com a presente proposta legislativa, a autora, pretende condicionar uma multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), com cobrança em dobro, caso haja o descumprimento dos preceitos definidos na presente Lei nº 16.724, de 2010.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Na qualidade de relator, fui designado para examinar parecer pela Comissão de Saúde Pública, onde a análise da matéria em tela, por envolver estudo de aspectos da saúde, inscreve-se no rol das competências incumbidas a esta Comissão por força do art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Após análise ao projeto de lei nº 34, de 2012, e, naquilo que nos cabe emitir nosso parecer, quanto ao mérito da matéria, em relação aos seus aspectos relativos à necessidade, a oportunidade, a conveniência e a relevância, não encontramos nada que pudesse obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo.

III - CONCLUSÃO E PARECER

Pelos motivos ora apresentados, no que é de competência desta comissão analisar, entendo que o Projeto de Lei nº 34, de 2012, deve continuar sua deliberação legislativa.



Ante o exposto os Deputados que compõem a Comissão de Saúde Pública, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei nº 34, de 2012.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2012.

Dr. Batista
Presidente Comissão

Adelino Ribeiro Silva
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputada Párcies de Hollenberg Netto e Deputada Rosa Lúcio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 034/2012

Súmula: Acrescenta o artigo 3º na Lei Nº 16724, de 23 de dezembro de 2010.

Autora: Deputada Maria Tureck.

Justificativa: Exigir o cumprimento de lei estadual, mediante a aplicação de penalidades.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (com emenda), Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso e Comissão de Saúde Pública.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Entende-se como suficiente e louvável a justificativa apresentada pela parlamentar, tendo em vista a existência de legislação a amparar a pessoa do menor enquanto paciente e consumidor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adeline Ribeiro


Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Párcia de Hofebem Melo e Deputada Rose Litro





Assim, diante da intenção em proteção ao consumidor, não havendo óbice legal e estando em consonância com a legislação consumerista, esta comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente projeto de lei.

É o Parecer.

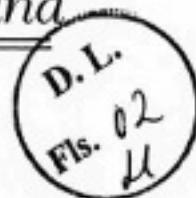
Sala das Comissões, em 21 de Agosto de 2012.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputada Rose Litro
Relatora







PROJETO DE LEI Nº 071 / 2012-01-30



Súmula: Normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas Caçambas basculantes utilizadas em vias públicas.

Art. 1º Fica obrigada a sinalização luminosa nas Caçambas basculantes utilizadas em vias públicas em todos os municípios do Estado do Paraná.

§ 1º - No período noturno as caçambas deverão conter a sinalização através de adesivos fosforescentes em tamanho de proporção tal que possa refletir a luz de veículos para serem alertados quanto ao perigo de obstáculo perigoso estacionado.

§ 2º - Poderá ser utilizado sistema de sinalização elétrica ou luminosa em cores vivas que permitam a visibilidade dos veículos que transitam por vias públicas.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 6 de fevereiro de 2012.

CANTORA MARA LIMA

Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

Com o desenvolvimento que acontece no Estado do Paraná, a construção civil tem sido um dos setores que mais cresce e desenvolve no Estado do Paraná. A chamada indústria da construção civil se expande de uma maneira impressionante em Curitiba e região metropolitana, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e região oeste. Esses Municípios representam 5.100.000 habitantes aproximadamente e são os que mais foram alcançados pelo crescimento da construção civil. Esse processo de expansão empresarial em termos de investimentos e tendências de consumidor e mercado e levaram à uma redefinição de diretrizes e alterações do panorama visual e de ocupação de espaço nesses municípios citados e com menos expressão, porém, também em outros municípios paranaenses em função da conjuntura econômica que o Brasil atravessa, apesar da crise mundial.

Isso transformou – principalmente as grandes cidades em um verdadeiro canteiro de obras. E nessa transformação as empresas de coleta de resíduos de construção e reformas aumentaram consideravelmente as caçambas coletoras nas ruas onde se desenvolvem as obras. Com isso, caçambas são espalhadas por ruas e calçadas causando não só incomodo como perigo aos motoristas (principalmente no período noturno), pois, por elas portarem pinturas antigas na maioria das vezes só são visualizadas em cima da hora, tendo causado alguns acidentes.

Essas são as principais razões para a apresentação desta proposição que visa preservar vidas e evitar acidentes.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 071/11

Projeto de Lei nº 071/11

Autor: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas basculantes utilizadas em vias públicas.

EMENTA: SINALIZAÇÃO LUMINOSA NAS CAÇAMBAS BASCULANTES POR ADESIVOS FOSFORESCENTES OU SINALIZAÇÃO ELÉTRICA. POSSIBILIDADE. SEGURANÇA NO TRÂNSITO. PROTEÇÃO NÃO REGIDA PELO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima visa obrigar o afixação de sinalização luminosa em caçambas basculantes que fiquem na via pública no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa dos projetos de lei apresentados:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.

06/12
Dr. Castor Teodoro
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Pois bem, em sua Justificativa a nobre Deputada ressalta o crescimento da construção civil e o perigo aos motoristas, principalmente no período noturno, que referidas caçambas coletoras podem causar.

O Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) nada estabelece a respeito das caçambas que ficam paradas nos locais de estacionamento das ruas para a guarda de resíduos de materiais de construção.

Veja-se que o legislador federal, no Código de Trânsito Brasileiro, previu:

Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

I - o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo;

II - os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores;

III - os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- IV - os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- V - a Polícia Rodoviária Federal;
- VI - as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; e
- VII - as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Interessante ressaltar que o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), dentro de sua competência prevista no artigo 12 do Código de Trânsito Brasileiro, e apenas a título exemplificativo, já regulamentou a obrigatoriedade do uso de adesivos reflexivos nos capacetes para motociclistas (Resolução 203/2006), bem como estabeleceu o uso de dispositivos retrorrefletivos de segurança nos veículos de transporte de cargas e de transporte coletivo de passageiros (Resolução 317/2009).

Desta forma, tendo em vista que não está na competência privativa da União a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas basculantes por não se tratar de direito de trânsito, é possível e legal o conteúdo do presente Projeto de Lei, possuindo o Estado competência para legislar acerca do tema proposto, merecendo aprovação nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Cabe ressaltar ainda que quanto à técnica legislativa está de acordo ao preconizado pela Lei Complementar nº 95/98.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, configurada a **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** do projeto de lei, opina-se por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2012.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado NEREU MOURA
Relator

APROVADO
03/07/12

SI 26.06.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER PL Nº. 071/12

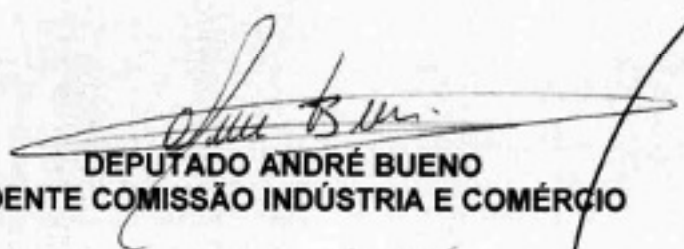

Autor: Dep. Cantora Mara Lima.
Relator: Dúlio Genari.

Súmula: Normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas basculantes utilizadas em vias públicas.

O serviço oferecido de caçambas para recolhimento de entulho urbano continua sendo apontado como algo com fiscalização omissa ou deficiente. Estacionadas nas ruas sem sinalização adequada, com péssimo estado de conservação e sem a devida identificação, fazem parte de um panorama urbano indesejado.

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL do presente projeto de Lei.

Curitiba, 20 de agosto de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Dúlio Genari



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 071/2012

Projeto de Lei nº 071/2012

Autor: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas basculantes utilizadas em vias públicas.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 071/12, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima normatiza a obrigatoriedade de sinalização luminosa nas caçambas basculantes utilizadas em vias públicas, facilitando ainda a identificação noturna destes objetos perigosos.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 071/2012**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva obrigar a sinalização luminosa nas caçambas basculantes utilizadas em vias públicas em todos os municípios do Estado do Paraná. A sinalização através de adesivos fosforescentes em tamanhos de proporção ideal, refletirá a luz dos veículos que serão alertados principalmente em período noturno quanto ao perigo destes obstáculos estacionados. O presente projeto tem por escopo principal evitar acidentes em percursos no trânsito. O aumento significativo do ramo da construção civil, vem utilizando-se diariamente destas caçambas em obras de pequeno e grande porte, exigindo assim uma medida emergencial de segurança, pelo bem estar e tranquilidade de toda população.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, venho relevar o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

É evidente destacar o benefício que tal proposta estará gerando a população, é um trabalho pelo bem comum e pela segurança de todos acima de qualquer coisa, justificando-se por este motivo o mérito desta proposta, o **PL 071/12** passa a ter apoio efetivo desta comissão.

IV - VOTO DO RELATOR


Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta está adequada à norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos quanto ao seu mérito para seguir sua tramitação.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 071/2012**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 10 de setembro de 2012.


Francisco Buhrer
Presidente da Comissão


Ademir Bier
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
REINHOLD STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



LIIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 06 MAR, 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 074/12

SÚMULA: Inserir no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado do Paraná, a festa popular/cultural "REVEILLON FORA DE ÉPOCA"

Art. 1º Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado do Paraná, a manifestação popular/cultural, intitulada "Reveillon Fora de Época", a ser realizada anualmente, no segundo sábado após a "quarta-feira de cinzas", na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de março 2012.

REINHOLD STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA



Apresento o presente projeto de lei com o objetivo de inserir no calendário turístico oficial do Estado do Paraná, a manifestação popular/cultural, intitulada "Reveillon Fora de Época", a ser realizada anualmente, no segundo sábado após a "quarta-feira de cinzas", na cidade de Curitiba.

Esta manifestação teve sua em 2012 sua 2ª edição, organizada através da internet por via de redes sociais, e atingiu a significativa marca de 20 mil pessoas, e teve como local, nas duas edições a Praça Espanha no Bairro Bigorinho.

Para que não haja mais conflitos entre moradores do entorno da praça e os adeptos da referida manifestação popular/cultural, a ABRABAR, Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas, entidade ligada aos eventos turísticos e culturais, em conjunto com órgãos públicos competentes, está em negociação com os organizadores do evento para a mudança do local da Festa Reveillon Fora de Época, para um espaço adequado onde todos possam festejar com segurança,

Tal evento já teve repercussão nacional pela sua capacidade de mobilizar, através da internet milhares de pessoas vindas de todos os bairros de Curitiba, atraindo também alguns turistas de outras cidades, fazendo com que esta Manifestação ganhasse grande destaque na mídia e, assim seria mais um atrativo turístico para Curitiba, atraindo consequentemente milhares de turistas, beneficiando a rede hoteleira, gastronômica e de entretenimento da capital e do Paraná, Gerando emprego e renda a mais trabalhadores do Estado.

Portanto a necessidade da inclusão deste evento no calendário oficial de eventos turísticos do Paraná, é facilmente constatável, ao que solicito o apoio dos nobres parlamentares desta Casa de Leis.



PROJETO DE LEI 074/12

AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL STEPHANES

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

SÚMULA: Insere no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado do Paraná, a Festa Popular/Cultural "Réveillon Fora de Época".

EMENTA: INSERÇÃO MANIFESTAÇÃO CULTURAL. CALENDÁRIO TURÍSTICO OFICIAL ESTADO PARANÁ. COMPETÊNCIA MEMBRO LEGISLATIVO. ART. 24, CONSTITUIÇÃO REPÚBLICA. ARTS. 65 E 190 CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PARANÁ, APROVAÇÃO.

Síntese:

O Projeto de Lei nº. 074/2012 objetiva inserir a manifestação cultural "Réveillon Fora de Época" no calendário oficial de eventos turísticos do Estado do Paraná, e prevê sua realização no segundo sábado após a quarta-feira de cinzas, na cidade de Curitiba.

Fundamentação:

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe no seu art. 33, §2º, I, que a Comissão de Constituição e Justiça compete analisar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e a técnica legislativa do Projeto de Lei proposto, estritamente.



Portanto, esta análise ficará restrita à constitucionalidade e legalidade do Projeto, pois eventualmente as demais comissões analisarão o mérito acerca da pertinência da institucionalização da manifestação cultural e popular realizada nos últimos anos pela população da capital paranaense no calendário oficial de eventos turísticos do Estado do Paraná.

A constitucionalidade da proposição reside no artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Desta forma, diante da constitucionalidade, legalidade e legitimidade, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº. 674/2012 e pelo seu regular prosseguimento nesta Casa Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.

Deputado Nelson Justus
Presidente da Comissão

Deputado Tadeu Veneri
Relator

Carlo Antonio
vice-presidente

Manifesto do Deputado Estadual Tadeu Veneri
Praça Nossa Sra. do Saete, s/n - 8º andar - gab 805

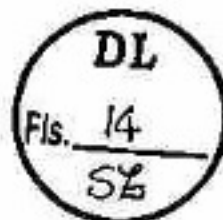
Tel: 3350 4094 - 3254 8121 - 3253 4241 - e-mail: tadeuveneri@terra.com.br
www.tadeuveneri.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CULTURA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 074/2012

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Reinhold Stephanes Junior propôs o Projeto de Lei nº 074/2012, com o intuito de incluir, no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado do Paraná o "Reveillon Fora de Época" a ser comemorado, anualmente, no segundo sábado após a "quarta-feira de cinzas", no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Tadeu Veneri, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal. Tão logo aprovado na CCJ, foi remetido a esta Comissão de Cultura, para manifestação acerca do mérito deste Projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Assim sendo, resta claro que as festas inerentes à cultura de determinada localidade, podem e devem ser enquadradas no patrimônio cultural.

Aliado a isso, o § 2º do art. 215 da Constituição Federal determinou que: *"A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais."* Não fosse o bastante, o art. 216 do texto constitucional estabelece que, *in verbis*:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, os modos de expressão, criação e viver são inerentes ao patrimônio cultural brasileiro. Uma festa que se destina a comemorar "Reveillon fora de época" faz parte da cultura de Curitiba, onde por expressão popular costuma-se referir ao início do ano, após o encerramento das festividades de carnaval, exatamente, nos modos de expressão e criação e, portanto, como patrimônio cultural imaterial.

Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer desta relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 03 de julho de 2012.

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE

DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR

DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO

Dep. Marcelo Rangel



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 ABR. 2011

1º Secretário

Súmula: Institui o "Prêmio Jovem Cientista Paranaense" a ser conferido, anualmente, pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica instituído o "Prêmio Jovem Cientista Paranaense" a ser conferido, anualmente, pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando reconhecer e incentivar as pesquisas científicas e tecnológicas.

Art. 2º O "Prêmio Jovem Cientista Paranaense" será conferido ao graduado, estudante do Ensino Superior, estudante do Ensino Médio, orientador e Instituição paranaense, que obtiverem melhor pontuação na classificação do "Prêmio Jovem Cientista".

Parágrafo único: O Prêmio Jovem Cientista é uma parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Gerdau e a Fundação Roberto Marinho (FRM), que tem como objetivos estimular a pesquisa, revelar talentos e investir em estudantes e profissionais que procuram alternativas para os problemas brasileiros.

Art. 3º O Prêmio será constituído de um diploma em papel pergaminho, no qual estarão impressos os símbolos do Estado, as razões do prêmio e a identificação nominal do premiado, e será entregue em ato realizado pela Mesa da Assembleia Legislativa.

Art. 4º A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná fará a entrega do prêmio em solenidade especial, a ser organizada pelo Cerimonial da Casa.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury



Art. 5.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em



MARCELO RANGEL
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



JUSTIFICATIVA

A presente Resolução tem por objetivo instituir o "Prêmio Jovem Cientista Paranaense" a ser conferido, anualmente, pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando reconhecer e incentivar as pesquisas científicas e tecnológicas.

O Prêmio Jovem Cientista é uma parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Gerda e a Fundação Roberto Marinho (FRM). Tem como objetivos estimular a pesquisa, revelar talentos e investir em estudantes e profissionais que procuram alternativas para os problemas brasileiros. Sua primeira edição aconteceu em 1981 e, desde então, vem premiando trabalhos inovadores nas mais diversas áreas do conhecimento, com a participação efetiva de estudantes e pesquisadores de todas as regiões brasileiras. Considerada pela comunidade científica uma das mais importantes premiações do gênero na América Latina, a premiação é entregue pelo presidente da República e reúne, na cerimônia, autoridades governamentais da área da Ciência e Tecnologia, além dos mais respeitados nomes da ciência brasileira. Um dos principais resultados desta iniciativa é a constatação de que a grande maioria dos agraciados com o Prêmio Jovem Cientista segue carreira de pesquisa nas universidades ou institutos de pesquisa, consolidando suas carreiras em C&T.

Nesse sentido, buscando a valorização dos jovens das entidades envolvidas, o reconhecimento e o incentivo às iniciativas de pesquisa científicas e tecnológicas produzidas neste importante Prêmio que apresenta-se esse Projeto de Resolução. Desta forma pede-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/11

Projeto de Resolução nº 013/11
Autor: Deputado Marcelo Rangel

Súmula: Institui o "Prêmio Jovem Cientista Paranaense" a ser conferido, anualmente pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUI PRÊMIO JOVEM CIENTISTA PARANAENSE A SER CONFERIDO, ANUALMENTE PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. PROJETO DE RESOLUÇÃO É O MEIO ADEQUADO PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA ORA EM TELA. ART. 215 E 218 DA CF. ARTS. 33, 121 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEGAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Marcelo Rangel tem por objetivo instituir o "Prêmio Jovem Cientista Paranaense" a ser conferido, anualmente pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando reconhecer e incentivar as pesquisas científicas e tecnológicas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de resolução ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Não obstante, a **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** afirma que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Neste mesmo sentido, dispõe a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A **CARTA MAGNA** aduz em seu artigo 218 que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Além do mais, o Projeto de Resolução é o meio adequado para regular o referido assunto, conforme dispõe o artigo 121, §2º do REGIMENTO:

Añ. 121. A Assembléa exerce^{na} sua função legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º...

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre as quais deva a Assembléa pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como (...) (grifo nosso)

Assim, resta claro que o Projeto de Resolução encontra-se revestido de **LEGALIDADE**.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de Resolução ora em tela encontra-se em consonância com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 95/98.



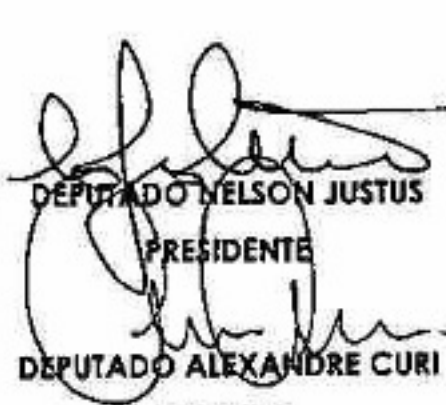
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Resolução, em face de sua **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



Comissão de Ciência e Tecnologia

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 013/2011

SÚMULA: Institui o “Prêmio Jovem Cientista” a ser conferido, anualmente pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O presente Projeto de Resolução, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tem por objetivo instituir o “Prêmio Jovem Cientista Paranaense” a ser conferido, anualmente pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando reconhecer e incentivar as pesquisas científicas e tecnológicas.

Essa Comissão não é contrária à propositura, entretanto, entende necessária a apresentação de uma emenda, tendo em vista que o projeto dispõe que o Prêmio será conferido aos estudantes que obtiverem melhor pontuação na classificação do “Prêmio Jovem Cientista” e, o CNPQ não informa a pontuação da classificação de cada um dos inscritos.

A emenda é necessária a fim de que se viabilize o Projeto de Resolução na forma que foi proposto.

Assim, chamada essa Comissão a se manifestar sobre o assunto, apresentamos parecer **FAVORÁVEL** à proposição, todavia nos termos da emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, em 06 de Agosto de 2012.

TERUO KATO

Presidente

PASTOR EDISON MACZYK
DEPUTADO ESTADUAL
Relator



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/2011

Com fulcro no que autoriza o art. 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação desta Emenda Modificativa, alterando-se as redações do Art. 1º e do caput do Art. 2º e excluindo-se o parágrafo único do Art. 2º do Projeto de Resolução.

Os Arts. 1º e 2º do Projeto de Resolução passam a contar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica instituído o “Prêmio Jovem Cientista Paranaense”.

Art. 2º. O “Prêmio Jovem Cientista Paranaense” será conferido aos estudantes ou graduados de instituições do Ensino Médio ou Superior estabelecidas no Estado do Paraná que, eventualmente, sejam laureados com o “Prêmio Jovem Cientista”, concedido, anualmente, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e eventuais parceiros.

Sala das Comissões, em 06 de Agosto de 2012.


TERUO KATO

Presidente


PASTOR NELSON PRACZYK
DEPUTADO LEGISLATIVO
Relator



JUSTIFICATIVA

Trata-se de Proposição que tem por finalidade instituir o “Prêmio Jovem Cientista Paranaense” a ser conferido anualmente pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Projeto de Resolução dispõe que o “Prêmio Jovem Cientista Paranaense” será conferido ao graduado, estudante de Ensino Superior, estudantes do Ensino Médio, orientador e Instituição Paranaense, que obtiverem melhor pontuação na classificação do “Prêmio Jovem Cientista”.

Por sua vez, o “Prêmio Jovem Cientista” é uma parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Gerdau, a GE e a Fundação Roberto Marinho (FRM), que tem como objetivos estimular a pesquisa, revelar talentos e investir em estudantes e profissionais que procuram alternativas para os problemas brasileiros.

Ocorre que, o CNPq confere o “Prêmio Jovem Cientista” ao 1º lugar, 2º lugar e 3º lugar e não informa a pontuação da classificação de cada um dos inscritos, o que inviabiliza o Projeto de Resolução na forma que foi proposto.

Nesse contexto, chamada esta Comissão de Ciência e Tecnologia a se manifestar sobre o assunto, apresentamos parecer **FAVORÁVEL** à proposição, todavia com emenda modificativa, alterando-se as redações do Art. 1º, do *caput* do Art. 2º e excluindo-se o parágrafo único, do Art. 2º do Projeto de Resolução.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

D¹
20
2

A alteração dos Arts. 1º e 2º do Projeto de Resolução torna viável a instituição do “Prêmio Jovem Cientista Paranaense”, que será conferido aos estudantes ou graduados de instituições do Ensino Médio ou Superior estabelecidas no Estado do Paraná que, eventualmente, sejam laureados com o “Prêmio Jovem Cientista”, concedido, anualmente, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e eventuais parceiros.

Sala das Comissões, em 06 de Agosto de 2012.

TERUO KATO

Presidente

Relator

PASTOR EDSON PRACZYK
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/11

Projeto de Resolução nº 013/11

Autor da emenda: Comissão de Ciência e Tecnologia.

Súmula: Institui o "Prêmio Jovem Cientista Paranaense" a ser conferido, anualmente, pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER FAVORÁVEL. PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Marcelo Rangel finha como instituir o "Prêmio Jovem Cientista Paranaense" a ser conferido, anualmente, pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Alexandre Curi.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, recebeu Emenda Modificativa da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 24
57

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(gritos nossos)

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que opolados por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grito nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeltado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda modificativa foi proposta pelo relator na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de resolução apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 25
SL

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa proposta pela Comissão de Ciência e Tecnologia de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 2012.

REP. NELSON JUSTUS

Presidente

REP. ALEXANDRE CURI

Relator

APROVADO

unanim. 11/09/12